

A REVOLUÇÃO DO NOVO - A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO: POLÍTICA, ECONOMIA E VALORES ÉTICOS NO INÍCIO DO MILÊNIO¹

Luís Roberto Barroso*

I. INTRODUÇÃO

1. *Abertura*
2. *Um pingo de história*

Parte I

O MUNDO AO FINAL DO SÉCULO XX

- I. NO PLANO POLÍTICO: A VITÓRIA DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL
- II. NO PLANO ECONÔMICO: A HEGEMONIA CAPITALISTA
- III. NO PLANO SOCIAL: A BUSCA POR JUSTIÇA SOCIAL

Parte II

O QUE RESERVA O FUTURO

- I. NO PLANO POLÍTICO: O DESPRESTÍGIO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA
- II. NO PLANO ECONÔMICO: A REVOLUÇÃO DIGITAL, A ERA DA INFORMAÇÃO E A NOVA ECONOMIA
- III. NO PLANO SOCIAL: RECONHECIMENTO, SUSTENTABILIDADE E JUSTIÇA INTERGERACIONAL

Parte III

PROPOSTAS PARA O BRASIL.

- I. UMA AGENDA PARA O BRASIL
 1. *No plano político*
 2. *No plano econômico*
 3. *No plano social*
- II. OS VALORES UNIVERSAIS

Conclusão

OS VALORES UNIVERSAIS

*O maior perigo, para a maioria de nós
não é que o alvo seja muito alto
E não se consiga alcançá-lo.
É que ele seja muito baixo
E a gente consiga.
Michelangelo (1475-1564)*

¹ Conferência de abertura do evento “Revolução do Novo – As transformações do Mundo”, organizado pelas Revistas *Veja* e *Exame*, São Paulo, em 5 de junho de 2017.

* Professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre pela Universidade de Yale. Doutor e Livre-docente pela UERJ. *Visiting Scholar* na Universidade de Harvard. Ministro do Supremo Tribunal Federal.

I. Introdução

1. Abertura

Em 1978, quando todos éramos mais jovens, mais bonitos e mais esquerdistas, eu era editor de um jornal universitário na Faculdade de Direito da UERJ e escrevi um artigo intitulado *Socialismo e liberdade*. No texto eu afirmava, com a certeza que só a juventude proporciona: “O mundo caminha decisivamente para o socialismo”. Não preciso lembrar a ninguém que de lá para cá caiu o muro de Berlim, desfez-se a União Soviética, abriram-se todas as economias da Europa Oriental e até a China pratica capitalismo selvagem. Diante do fiasco que foi a minha primeira incursão no mundo da vidência, passei a me dedicar à atividade menos arriscada de comentarista de videotape. Depois que as coisas acontecem, eu compareço, explico e, geralmente, não erro o resultado. Provavelmente sem saber desse meu passado, as Revistas *Veja* e *Exame* me convidaram para procurar lançar um olhar sobre o futuro.

Quando recebi o email me convidando para fazer esta abertura, eu estava lendo um livro intitulado *Seven Brief Lessons on Physics*, de CARLO ROVELLI. O livro prometia explicar os principais conceitos da Física de uma forma acessível para leigos. Eu já havia lido as duas primeiras lições, sobre a teoria da relatividade e sobre a mecânica quântica, e me sentia mais confuso do que antes. Com o convite, eu pude, legitimamente, colocar de lado o livro, que já começava a afetar minha autoestima, e passar adiante para outras leituras, mais relacionadas como nosso tema. Queria, portanto, em primeiro lugar, agradecer a lembrança do meu nome e o fato de me haverem poupado, ao menos por algumas semanas, de um penoso constrangimento intelectual. E queria dar o crédito de que as ideias que compõem a parte inicial da minha apresentação se beneficiaram de informações e *insights* colhidos no livro de MARCELO GLEIZER, *Criação Imperfeita*, e nos dois best sellers de YUVAL NOAH HARARI, *Sapiens* e *Homo Deus*.

2. Um pingo de história

Tudo começou há cerca de 13,5 bilhões de anos, quando ocorre o *Big Bang* e surge o universo, com seus elementos fundamentais: matéria, energia, tempo e espaço. Depois veio a Terra, onde os primeiros sinais de vida orgânica remontam a aproximadamente 4 bilhões de anos. Os antepassados mais remotos dos humanos teriam aparecido há 2,5 milhões de anos. Nossos ancestrais diretos, o *homo sapiens*, tem sua linhagem reconduzida a mais ou menos 70 mil anos. Somos crianças no universo. A escrita foi inventada entre 3.500 e 3.000 a.C. Até então, obras emblemáticas da história da humanidade, como a Bíblia Hebraica, a *Ilíada* grega, o Mahabarata indiano e as primeiras escrituras budistas passaram de geração a geração como narrativas orais². De acordo com YUVAL NOAH HARARI, três grandes

² Yuval Noah Harari, *Sapiens*, 2015, p. 1, 15, 122, 127 e 130. Marcelo Gleizer, *Criação Imperfeita*, 2012, p.110, 237 e 240.

revoluções moldaram a história da humanidade: a Revolução Cognitiva, a Revolução Agrícola e a Revolução Científica.

A *Revolução Cognitiva* deu-se por volta de 70 mil anos atrás, marcando verdadeiramente o início da história. A partir desse momento se desenvolve o traço distintivo essencial que singulariza a condição humana, que é a comunicação, a linguagem, a capacidade de transmitir informação, conhecimento e ideias. A *Revolução Agrícola* tem lugar há cerca de 10 mil anos, com o domínio de técnicas de plantio e a domesticação de animais. A possibilidade de produzir alimentos em vez de ir buscá-los ou caçá-los fixou os grupos humanos em lugares determinados, fazendo com que passassem de nômades a sedentários. Começam a surgir as cidades, os Estados e os Impérios. Por fim, veio a *Revolução Científica*, que tem início ao fim do Renascimento, na virada do século XV para o XVI, e se estende até os dias de hoje. Um rico período da história da humanidade, que incluiu a publicação da obra revolucionária de NICOLAU COPÉRNICO e a conquista da lua, passando pelo Iluminismo até chegar ao mundo interligado por computadores. Éramos 500 milhões de pessoas em 1500, ao final da Idade Média. Somos 7 bilhões hoje.

Já agora, tudo sugere que há uma nova revolução em curso, capaz de mudar, substancialmente, a vida na terra e a própria condição humana: a Revolução Digital ou Tecnológica – a *Revolução do Novo*, que dá título a este evento –, com suas promessas e desafios no plano político, econômico e social. O ensaio que se segue – meras anotações para um debate, sem qualquer pretensão acadêmica – é dividido em três partes. Na Parte I, procuro identificar os valores e projetos vitoriosos no final do século XX. Na Parte II, aponto os impactos das novas realidades e circunstâncias do século XXI sobre aqueles valores e projetos. Na Parte III, tento esboçar uma agenda para o futuro de curto e médio prazo do Brasil. E arremato com os valores que, a meu ver, continuam a ser os grandes propósitos do homem – de cada pessoa – na sua passagem pela Terra.

Parte I **O MUNDO AO FINAL DO SÉCULO XX**

I. No plano político: a vitória da democracia constitucional

A democracia constitucional – ou constitucionalismo democrático – foi a ideologia vitoriosa do século XX. Nesse arranjo institucional se condensam duas ideias que percorreram trajetórias diversas: o *constitucionalismo*, herdeiro das revoluções liberais – a inglesa, do final do século XVII, e a americana e a francesa, do final do século XVIII –, com sua promessa de poder limitado e de respeito aos direitos fundamentais. A *democracia*, por sua vez, traduz-se em soberania popular, governo da maioria, fórmula que somente se consolida quando já avançado o século XX, com o fim do voto censitário, das restrições raciais e a introdução do voto feminino. O ideal constitucional e a doutrina democrática forneceram a energia e a inspiração que ajudaram a reconstruir países devastados pelo nazismo e pelo fascismo, a superar projetos socialistas autoritários e a derrotar as ditaduras civis na Europa e militares na América Latina e na África.

O modelo vencedor – o constitucionalismo democrático – chegou ao Brasil com atraso, mas não tarde demais, às vésperas da virada do milênio. Ainda hoje somos uma democracia em construção, procurando superar as vicissitudes de uma herança colonial pesada e complexa. Nela se inclui uma dívida social imensa, decorrente da escravidão; uma estrutura sócio-cultural patrimonialista, incapaz de separar adequadamente o espaço público do espaço privado; e um modelo político oficialista, em que tudo depende de um Estado de tradição autoritária, paternalista e historicamente apropriado por elites autocentradas. E, como os fatos vêm demonstrando, penosamente, corruptas, tanto no setor público quanto no setor privado.

Mas seria injusto não fazer uma nota positiva sobre estas três décadas de democracia e poder civil. Temos conquistas relevantes a celebrar, das quais destaco três:

A. Estabilidade institucional: deixamos para trás a tradição de quarteladas e quebras da legalidade constitucional, e temos atravessado crises e tempestades com todas as instituições funcionando (com escândalos que vão dos *Anões do Orçamento* à *Lava-Jato*, passando pelo *Mensalão* e o *impeachment* de dois presidentes);

B. *Estabilidade monetária*: todas as pessoas que têm mais de 40 anos viveram uma parte da sua vida adulta dentro de um contexto econômico de hiperinflação. Cada um de nós terá o seu próprio registro de horror da convivência com sucessivos planos econômicos que não deram certo: Cruzado I, Cruzado II, Bresser, Collor I e Collor II. Até que a inflação veio a ser domesticada com o Plano Real, a partir de julho de 1994;

C. *Inclusão social*: apesar da subsistência de indicadores muito ruins, é fora de dúvida que nas últimas décadas entre 30 e 40 milhões de pessoas deixaram a zona de pobreza extrema, passando a desfrutar de alguns dos benefícios da sociedade de consumo e da vida civilizada. Eu sei que houve uma certa regressão de expectativas nessa área, com uma quantidade expressiva de pessoas retornando à linha da pobreza. Mas vamos acreditar que seja circunstancial e temporário.

⇒ Vejam, portanto, que em menos de uma geração, derrotamos o autoritarismo, a hiperinflação e a pobreza extrema. Nada é impossível. Temos andado na direção certa, ainda quando não na velocidade desejada. Sou convencido de que com ideias no lugar, pessoas certas e algumas gotas de idealismo e de patriotismo, nós poderemos fazer um grande país.

II. No plano econômico: a hegemonia capitalista

O século XX foi palco do embate histórico entre capitalismo e socialismo, tendo como pano de fundo assustador a guerra fria e a ameaça nuclear. O

denominado socialismo científico se configura a partir do Manifesto Comunista (1848), redigido por KARL MARX e FRIEDERICH ENGELS, e da obra *O capital*, de MARX (1º volume datado de 1867), tendo como primeira experiência concreta pioneira a União Soviética, instituída em 1922, como desdobramento da Revolução de Outubro de 1917. O modelo socialista fundava-se na economia planificada, na propriedade coletiva dos meios de produção, em severas restrições à propriedade privada e em declarados propósitos distributivistas e igualitários. Um terço dos países do mundo chegou a adotar o modelo, que teve importante expansão após a Segunda Guerra Mundial.

O capitalismo, por sua vez, foi o modo de produção econômica que se desenvolveu paulatinamente após a superação histórica do sistema feudal, tendo sofrido impulso decisivo após a Revolução Industrial, que iniciou o seu ciclo no final do século XVIII. O modelo capitalista ou de livre iniciativa tem como características essenciais a propriedade privada dos bens em geral, inclusive dos meios de produção (terra, fábricas, infraestrutura), bem como o livre mercado, que constitui um ambiente marcado pela livre concorrência, pela liberdade de contratar e pela liberdade de preço. O Reino Unido foi a principal potência capitalista ao longo do século XIX e parte inicial do século XX, até a ascensão hegemônica dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra. Um dos traços mais visíveis do capitalismo, na virada do século XX, foi a globalização. O socialismo, ao menos na quadra atual da humanidade, foi historicamente derrotado pelo capitalismo. Figuram como marcos dessa derrocada a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a dissolução da União Soviética, em 1991.

No Brasil, ainda precisamos superar o preconceito e a desconfiança que existem em relação à iniciativa privada e ao empreendedorismo. Temos uma cultura excessivamente dependente do Estado para tudo. A verdade é que nos países de industrialização tardia e de iniciativa privada frágil, o capitalismo de Estado foi a forma de contornar a concessão de setores estratégicos da economia nacional a empresas estrangeiras. Desde a década de 40 do século passado até meados da década de 90, quando vieram reformas econômicas importantes, havia mais de 300 empresas estatais, da CSN (uma das primeiras) até a EMBRAER, passando pela Vale do Rio Doce e Petrobras. O capitalismo de Estado, com seu paternalismo e distribuição discricionária de benesses, fomentou o preconceito e a desconfiança.

Essa trajetória do capitalismo brasileiro gerou duas consequências negativas. De um lado, o imaginário social ainda associa o capitalismo doméstico a (i) concessões com favorecimentos; (ii) obra pública com licitações duvidosas; (iii) golpes no mercado financeiro; (iv) latifúndios improdutivos. De outro lado, muitos grandes empresários brasileiros são avessos ao risco, à concorrência e à igualdade entre os atores econômicos, conceitos-chave do capitalismo. Preferem financiamento público, reserva de mercado e favorecimentos. Capitalismo sem risco, concorrência ou igualdade, isto é, com dinheiro público, protecionismo e vantagens competitivas, não é capitalismo, mas socialismo com o sinal trocado. Para tornar tudo mais difícil, muitos dos fatos desvendados em investigações recentes confirmaram algumas das piores suspeitas: licitações cartelizadas, financiamento público a empresas com base em critérios não transparentes, medidas provisórias com benesses contrabandeadas a peso de ouro. Ainda assim, é preciso enfrentar a mentalidade, historicamente

superada, de que o Estado deve ser protagonista. Precisamos, mesmo, é de mais sociedade civil e de capitalismo verdadeiro, com risco privado, concorrência, empresários honestos e regras claras, estáveis e propiciadoras de um bom ambiente de negócios.

III. No plano social: a busca por justiça social

A exploração abusiva do trabalho foi a marca do capitalismo, notadamente após a Revolução Industrial. A reação veio com a organização dos trabalhadores e a difusão do socialismo de base marxista, com seu apelo por uma sociedade igualitária. Os capitalistas, no entanto, souberam ler MARX e reconfiguraram as relações entre capital e trabalho, incorporando progressivamente à superestrutura jurídica normas de proteção ao trabalhador, como salário-mínimo, jornada máxima de trabalho, repouso remunerado e direito de greve. Com a mesma linha de preocupações, a própria Igreja Católica procurou desenvolver sua doutrina social, com vistas à proteção do trabalho e à contenção do avanço socialista. Encíclicas importantes foram editadas, como *Rerum Novarum* (1891), *Quadragesimo Anno* (1931) e *Mater e Magistra* (1961). Na medida em que avançava o século XX, a ideia de *justiça social* foi incorporada por boa parte das democracias europeias, com a substituição do Estado liberal novecentista pelo Estado social. Mesmo nos Estados Unidos, historicamente refratário ao intervencionismo, o *New Deal* de ROOSEVELT veio acompanhado de programas sociais e da criação da seguridade social.

O conceito de justiça social se tornou corrente, sobretudo, após a 2ª Guerra Mundial, com a ideia de que o Estado tinha deveres redistributivistas em relação aos segmentos mais pobres. Já sem o viés revolucionário marxista, a social democracia se fortalece em diferentes partes do mundo. No novo cenário, são instituídos sistemas tributários mais justos, eficientes e progressivos, e a Administração Pública se expande para oferecer serviços públicos e utilidades sociais que incluem educação pública, saúde básica, previdência social, financiamento habitacional e redes de proteção aos pobres em geral. Aumentou, igualmente, a regulação dos mercados, especialmente em setores de monopólios naturais ou onde havia riscos de concentração econômica. Em suma, a segunda metade do século XX assistiu, em democracias desenvolvidas e, mesmo em países em desenvolvimento, o esforço de redução da pobreza, a proteção do trabalho e maior igualdade de oportunidades. Com a queda do Muro de Berlim e o refluxo do socialismo, houve um decréscimo nas preocupações com justiça social e relevante diminuição do modelo de Estado de bem estar social que dominou boa parte do século.

No Brasil, a pobreza e a desigualdade extrema sempre foram marcas indeléveis da nossa formação social. Não obstante isso, o país foi um dos grandes sucessos econômicos do século XX, tendo multiplicado o seu PIB per capita em mais de 12 vezes e se tornando uma das dez maiores economias do mundo. Tomando-se como corte temporal os trinta anos de democracia que se seguiram ao fim do regime militar, será possível verificar que, apesar do atraso em diversas áreas, os avanços são muito significativos. De acordo com o IPEA, de 1985 a 2012, cerca de 24,5 milhões de pessoas saíram da pobreza, e mais 13,5 milhões não estão mais em condições de pobreza extrema. Ainda segundo o IPEA, em 2012 havia cerca de 30

milhões de pessoas pobres no Brasil (15,93% da população), das quais aproximadamente 10 milhões em situação de extrema pobreza (5,29% da população). O Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência condicionada de renda, apesar de ter enfrentado má-vontade e preconceitos, produziu importante impacto sobre esta realidade. Conforme dados divulgados em 2014, retratando uma década de funcionamento, foram atendidas cerca de 13,8 milhões de famílias, o equivalente a 50 milhões de pessoa, aproximadamente um quarto da população brasileira.

Nas últimas três décadas, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil, medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi o que mais cresceu entre os países da América Latina e do Caribe. Nessas três décadas, os brasileiros ganharam 11,2 anos de expectativa de vida e viram a renda aumentar em 55,9%. Na educação, a expectativa de estudo para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 53,5% (5,3 anos). Segundo dados do IBGE/PNAD, 98,4% das crianças em idade compatível com o ensino fundamental (6 a 14 anos) estão na escola. Os avanços, portanto, são notáveis. Porém, alguns dados ainda são muito ruins: o analfabetismo atinge ainda 13 milhões de pessoas a partir de 15 anos (8,5% da população) e o analfabetismo funcional (pessoas com menos de 4 anos de estudo) alcança 17,8% da população. Também no tocante à desigualdade, houve avanços expressivos, mas este continua a ser um estigma para o país, como atesta o coeficiente GINI, que mede a desigualdade de renda. O Brasil ostenta uma incômoda 79ª posição em matéria de justa distribuição de riqueza.

Parte II **O QUE RESERVA O FUTURO**

I. No plano político: o desprestígio da democracia representativa

O alvorecer do século XXI encontrou a política em estado de grande desprestígio e a democracia representativa sob escrutínio severo em diferentes partes do mundo. O descolamento entre a classe política – com seu universo próprio e seus interesses especiais – e a sociedade civil é uma realidade em diferentes partes do mundo. Os custos elevados do processo eleitoral fomentam a corrupção, tornam o sistema presa fácil dos seus financiadores e produzem o afastamento dos eleitores, em comportamentos que vão da indiferença à repulsa. No âmbito da separação de Poderes, ao lado do declínio do Legislativo, assiste-se não apenas à velha hegemonia do Executivo, como, também, o contágio de uma onda populista que flerta com o autoritarismo. Não menos importante tem sido uma intensa judicialização da vida, que transfere para juízes e tribunais as decisões de grandes questões políticas, econômicas, sociais e éticas, muitas vezes por falta de articulação e consenso dos órgãos representativos.

Algumas novidades à vista:

1. *O impacto da internet sobre a democracia representativa.* As instituições representativas – pelas quais o povo, em lugar de tomar diretamente as decisões, elige representantes para atuarem em seu nome – foram concebidas por motivos

pragmáticos. De fato, nas sociedades de massa do século XX, não seria possível reproduzir o modelo – provavelmente idealizado – da democracia grega em que os cidadãos se reuniam na Ágora, a praça do mercado, para deliberarem sobre as questões de interesse público. Porém, com a rede mundial de computadores e a possibilidade de as pessoas se manifestarem diretamente e em tempo real, parece tornar-se possível o ideal de democracia direta defendida por JEAN-JACQUES ROUSSEAU. Pergunta importante: será bom e conveniente um processo participativo de larga escala que não conte com a intermediação de instituições como, por exemplo, os partidos políticos e o parlamento? Não são raros os casos de regimes autoritários fundados em comunicação direta com o eleitorado, fenômeno do qual ADOLF HITLER e HUGO CHAVES são casos ilustrativos. De parte disso, a experiência com pesquisas de opinião produz, por vezes, resultados desanimadores, que vão desde a crença de que o marido tem direito de ter relações sexuais com a mulher mesmo contra a sua vontade até à rejeição da identidade sexual de *gays* e transgêneros. Será preciso, portanto, refletir a propósito dessa modalidade de participação direta, sobre quando e quanto deverá ser utilizada.

2. *O impacto das redes sociais sobre a divulgação de fatos e a formação de opinião.* Nesse domínio da comunicação social, há uma observação importante a ser feita: ao longo do tempo, os meios de comunicação foram se agregando uns aos outros de maneira cumulativa. Assim, o surgimento do rádio não eliminou a imprensa escrita. A difusão da televisão não acabou com os mercados dos jornais e das rádios. Da mesma forma, os correios e a telefonia conviveram com todas as inovações. Já agora, porém, a internet começa a afetar esta lógica. Em primeiro lugar, porque um único aparelho – o *iphone*, por exemplo – concentra diversas plataformas que antes eram individualizadas: telefone, jornal, rádio, televisão, cinema, correio... O modelo de negócio, sobretudo da imprensa escrita, está abalado no mundo inteiro. Mas o ponto que gostaria de ressaltar é o seguinte: as redes sociais começam a circular informações e a formar opinião sem a intermediação profissional de jornalistas, seja pela via impressa, pelo rádio ou pela televisão. Sem um filtro técnico mínimo de veracidade, plausibilidade e bom senso, o mundo das notícias falsas e da pós-verdade torna-se um risco assustador.

3. *Empoderamento das mulheres.* Enfim uma notícia promissora. A afirmação da condição feminina, com autonomia e igualdade, em sociedades patriarcais como a brasileira, tem sido uma luta histórica e complexa. Mas poucas áreas assistiram avanços tão expressivos nas últimas décadas. “Protegida” por estruturas sociais e jurídicas criadas por homens, é relativamente recente o processo de conscientização e de reação a uma visão estereotipada do papel social da mulher, que combinava submissão, maternidade e prendas do lar. Com a Constituição de 1988, a esposa conquistou igualdade em relação ao marido – que deixou de ser o *chefe* da sociedade conjugal –, além de haver reconhecido a união estável, modalidade de família que independe do casamento. A ascensão da mulher no mercado de trabalho também é notável, apesar de ainda receberem, em média, 68% do que ganham os homens. A luta contra a violência doméstica, difícil em um país de cultura machista, também tem avançado com a Lei Maria da Penha. Em matéria

de direitos sexuais e reprodutivos, há uma importante decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal descriminalizando o aborto até o terceiro trimestre de gestação. E, na política, a ascensão das mulheres é um fato notável e promissor: começa com MARGARETH THATCHER, no Reino Unido, e passa por muitos outros nomes, como MICHELLE BACHELET, no Chile, DILMA ROUSSEF, no Brasil, e ANGELA MERKEL, na Alemanha. Quem sabe não vem um pouco mais de integridade e decência com a presença de mulheres em cargos-chave?

II. No plano econômico: a revolução digital, a era da informação e a nova economia

O mundo se encontra em meio a uma revolução tecnológica de larga escala e impressionante velocidade, que está alterando substancialmente o modo como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam³. Trata-se de uma nova revolução industrial, que sucede às anteriores: a que veio com o uso do vapor (1850-1900), a da eletricidade (1900-1940) e a do motor e da automação (1940-1900)⁴. A nova revolução é a Revolução Digital. Sem entrar em muitos detalhes técnicos que eu não ousaria tentar explicar, o que ocorreu aqui foi a mudança da tecnologia mecânica e eletrônica analógica para a eletrônica digital⁵. A nova tecnologia permitiu a massificação do computador, do telefone celular digital e, conectando bilhões de pessoas em todo o mundo, a *internet*. Vivemos a era da informação e do acesso quase ilimitado ao conhecimento.

A maneira como se realiza uma pesquisa, se fazem compras, se chama um táxi, reserva-se um vôo ou ouve-se música, para citar alguns exemplos, foi inteiramente revolucionada. Nós vivemos sob a égide de um novo vocabulário, uma nova semântica e uma nova gramática. A linguagem dos nossos dias inclui um conjunto de termos recém-incorporados, sem os quais, no entanto, já não saberíamos viver: Google, Windows, Mac, Whatsapp, Uber, Dropbox, Skype, Facetime, Facebook, Twitter, Instagram, Waze, Spotify, Amazon, Google maps, Google tradutor, Youtube. Para citar alguns. Não há setor da economia tradicional que não tenha sido afetado. Está todo mundo atrás de novos modelos de negócio e, como bússola desse caminho, busca-se também uma nova ética, que consiga combinar liberdade, privacidade, veracidade, proteção contra *hackers*, contra a criminalidade *online* e outras vicissitudes. A maior parte dos processos no Supremo Tribunal Federal, hoje, é eletrônica. O interessado faz o *upload* da sua petição onde estiver. E eu decido acessando o sistema de onde estiver, e depois assino eletronicamente por meio de um *app* no meu celular, seja de Brasília, de Londres ou de Vassouras.

A velha economia não morreu e, mais do que isso, procura interagir e beneficiar-se da nova economia. Mas o fato inafastável é que a economia baseada na produção agrícola e na produção industrial, na transformação de matérias primas e

³ Klaus Schwab, The Fourth Industrial Revolution: what it means, how to respond. *World Economic Forum*, 14 jan 2016, p. 1. Disponível em <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>. Acesso em 3 jun 2017.

⁴ Idem, p. 2.

⁵ Digital revolution. *Wikipedia*. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Digital_Revolution. Acesso em 3 jun 2017.

produção de bens materiais – ouro, petróleo, fábricas, trigo – cede espaço à nova economia, cuja principal fonte de riqueza é a propriedade intelectual, o conhecimento e a informação. Há um século, uma *commodity* era responsável pelo crescimento exponencial de uma indústria: o petróleo. Reguladores antitrust tiveram de intervir para evitar a excessiva concentração de poder econômico. Nos dias de hoje, as preocupações que ao início do século eram despertadas pelo petróleo transferiram-se para uma nova indústria: a que lida com dados. Há inquietações diversas, que incluem concorrência, privacidade e desemprego. Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft são as cinco empresas mais valiosas do mundo. É a chamada economia de dados⁶.

Inovação e avanços tecnológicos constroem esse admirável mundo novo⁷ da biotecnologia, da inteligência artificial, da robótica, da impressão em 3-D, da nanotecnologia e da computação quântica. O futuro é imprevisível e assustador, em meio a profecias que preveem a própria perda da primazia do *homo sapiens*, tal como o conhecemos. O aclamado autor israelense YUVAL NOAH HARARI acredita que o avanço tecnológico e a engenharia genética criarão *super-homens* e faz algumas especulações aterradoras sobre o futuro da humanidade. Confirmam-se:

“Os principais produtos da economia do século XXI não serão tecidos, veículos e armas, mas corpos, cérebros e mentes”.

“Enquanto a revolução industrial criou a classe trabalhadora, a próxima grande revolução criará a classe inútil”.

“O modo como os humanos tratam os animais é um bom indicador de como os humanos *aperfeiçoados* (“*upgraded*”) irão nos tratar”.

“A democracia e o livre mercado entrarão em colapso a partir do momento em que o Google e o Facebook passarem a nos conhecer melhor que nós mesmos, e a autoridade se transfira dos indivíduos para os algoritmos”.

“Homens e máquinas não entrarão em conflito. Eles se fundirão. Estamos caminhando rumo ao casamento entre eles, e não à guerra”.

Devo dizer que apesar dos riscos reais, não sou devoto desse credo apocalíptico. Pelo contrário, sou militante de crença oposta, que remonta a uma tradição que vem de TOMÁS DE AQUINO, HEGEL e KANT de que a história é um fluxo contínuo na direção do bem e do aprimoramento da condição humana⁸. O processo civilizatório segue o seu curso como um rio subterrâneo, impulsionado pela energia positiva que vem desde o início dos tempos. Uma história que nos trouxe de um

⁶ “The world’s most valuable resource” e “Fuel of the future”. *The Economist*, 6-12 mai 2017, p. 9 e 19-22.

⁷ *Admirável Mundo Novo* é o título de um livro – livro é uma forma de transmissão de conhecimento e informação impressos em papel e encadernado – de ficção científica, que descreve uma sociedade em que as pessoas são geradas em laboratório e programadas. Eu li no ginásio e fiquei apavorado.

⁸ Sobre o ponto, v. o notável artigo de Paulo Barrozo, *The great alliance: history, reason, and will in modern law*, *Law and Contemporary Problems* 78:235, 2015, p. 257-258.

mundo primitivo de aspreza e brutalidade à era dos direitos humanos. É o bem que vence no final. Se não acabou bem, é porque não chegou ao fim⁹.

III. No plano social: reconhecimento, sustentabilidade e justiça intergeracional

A despeito dos esforços e dos avanços na busca por justiça social, a luta por erradicação da pobreza e por padrões mínimos de igualdade substantiva entre as pessoas é parte da agenda inacabada do século XX. Portanto, o surgimento de novas pautas para o século e o milênio que se iniciam não permite virar esta página. Pior: conflitos de naturezas diversas no mundo muçulmano e na África têm produzido sucessivas crises humanitárias e levas de imigrantes vagando em busca de paz, segurança e trabalho. Um mundo em que um terço da população está vivendo uma vida digna e outros dois terços oscilam entre a desesperança e o desespero ainda apresenta um imenso déficit civilizatório.

Para além da questão da pobreza e da redistribuição de riqueza, poder e bem estar, novas questões emancipatórias e de busca por justiça em diferentes dimensões se colocam. Uma agenda que experimentou avanços importantes nos primeiros anos do século XXI foi a da igualdade como reconhecimento, que se volta para a proteção das minorias, respeito às diferenças e resguardo de direitos. Na maior parte do mundo ocidental, os direitos da comunidade LGBT, por exemplo, romperam preconceitos e se consolidaram. Por outro lado, programas de ações afirmativas em relação às minorias raciais, sobretudo negros, têm proporcionado uma lenta, mas progressiva reparação histórica em países maculados pela escravidão. E as mulheres, que não são minoria, mas constituem um grupo historicamente vulnerável, vivem um importante momento de ascensão social, econômica e política.

Um tema que foi deslocado para o topo da agenda mundial é o da sustentabilidade em seus diferentes aspectos. O desenvolvimento é um processo de aprimoramento das condições da sociedade em múltiplos planos. Por longo tempo, o desenvolvimento foi pensado em duas grandes dimensões: (i) a dimensão *econômica*, associada à *geração de riquezas*, tendo como indicadores o Produto Interno Bruto, a renda per capita, o nível de endividamento do país e o saldo da balança comercial, dentre outros; e (ii) a dimensão *social*, ligada à distribuição de riquezas e à qualidade geral de vida da população em termos de habitação adequada, acesso à educação e à saúde básicas, níveis de mortalidade infantil, expectativa de vida e serviços públicos adequados. Aqui, em lugar do PIB, usa-se como índice o IDH. Porém, níveis ilimitados de crescimento e consumo em um mundo cujos recursos são limitados não podem ser sustentáveis. Sem a consciência dessas circunstâncias e as correções de rumo necessárias, estaremos navegando rumo à tempestade perfeita.

Por isso mesmo, desde o final do século passado, um novo conceito obteve consenso mundial: o de *desenvolvimento sustentável*. Trata-se de uma ideia que percorreu um longo caminho, desde que referida pela primeira vez como “eco-desenvolvimento” na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

⁹ Fernando Sabino: “No fim, tudo dá certo. E se não deu certo, é porque não chegou ao fim”.

Direitos Humanos, realizada em Estocolmo, em 1972. Posteriormente, um célebre documento, intitulado “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela chamada Comissão Brundtland, definiu *desenvolvimento sustentável* como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. A sustentabilidade, portanto, está diretamente associada, também, à justiça intergeracional. Há quem aponte insuficiências nessa formulação, mas este é o sentido ainda generalizadamente atribuído à expressão. Em setembro de 2015, após negociações envolvendo 193 países, as Nações Unidas aprovaram um documento definindo metas de desenvolvimento sustentável, intitulado *Transformando o nosso Mundo: a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Ali se preveem ações em temas diversos, que incluem: *meio-ambiente* (água, energia, clima, oceanos), *economia* (crescimento econômico, emprego, produção, consumo) e *sociedade* (desenvolvimento humano) (pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero).

Em conclusão, enfatizando a importância do tema, apresenta-se a lista dos objetivos sustentáveis do milênio, a serem implantados até 2030, de acordo com as Nações Unidas:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável¹⁰.

Parte III PROPOSTAS PARA O BRASIL.

I. Uma agenda para o Brasil

Procuo alinhar a seguir um conjunto simples e objetivo de ideias para a transformação do Brasil, tendo em conta um projeto progressista fundado no tripé democracia, livre iniciativa e justiça social. Se eu tivesse o poder de visualizar o país ali na frente, eu o desejaria assim.

4. No plano político
 - a) Sistema de governo: semipresidencialista;
 - b) Sistema eleitoral: distrital misto, no modelo alemão;

¹⁰ Fonte: ONUBR, *17 objetivos para transformar o mundo*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>, acesso em 3 de jun. 2017.

- c) Sistema partidário: proibição de coligações em eleições proporcionais; cláusula de barreira e fidelidade partidária (com fechamento de questão nos temas relevantes).

- 5. No plano econômico
 - a) Reforma da Previdência;
 - b) Reforma Trabalhista;
 - c) Reforma Tributária.

- 6. No plano social
 - a) Qualidade de vida: plano ambicioso de saneamento básico, habitação popular, urbanização e transporte;
 - b) Meio-ambiente: desmatamento zero na Amazônia, com uma política de compensações pela preservação da floresta.
 - c) Educação: um novo modelo de universidade, que fosse pública nos seus propósitos, privada no seu financiamento, profissional na sua gestão, com professores recrutados em todo o mundo e aulas em português, inglês e espanhol.

⇒ Continuidade dos programas sociais bem sucedidos: Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida e FIES;

Conclusão

OS VALORES UNIVERSAIS

No convite que me foi formulado, os organizadores me pediram que eu falasse, também, sobre “valores éticos no mundo contemporâneo”. Não é fácil falar sobre ética tendo como ponto de observação o Brasil. A imagem fica distorcida pela devastação moral que temos assistido. A corrupção, entre nós, não foi produto de falhas individuais, acidentes de percurso, momentos de fraqueza humana. Pelo contrário, foi uma corrupção institucionalizada, planejada, que envolvia esquemas de arrecadação e distribuição de dinheiros. Um pacto lamentável que envolveu agentes públicos, agentes privados, empresas, partidos políticos, membros do Congresso. Gente que vivia de dinheiro público, de dinheiro dos outros, de dinheiro do povo brasileiro. Dinheiro que não foi para a educação, para a saúde, para construir estradas. Dinheiro que não salvou vidas. É impossível não sentir vergonha pelo que aconteceu no Brasil.

E agora, quando tudo foi descoberto, seria de se imaginar que as instituições deveriam estar reagindo para impulsionar um novo começo, para aproveitar a chance de mudar de patamar ético, de imaginar um outro futuro. É este o sentimento da sociedade civil e de muitas de suas lideranças, assim como de boa parte da imprensa. Mas, de parte das instituições, o que se vê, verdadeiramente, é a articulação de uma enorme “Operação Abafa”, com aliados, parceiros e cúmplices em todos os lugares, mesmo onde menos seria de se esperar. Gente que não quer ser responsabilizada pelo que fez e que sequer deseja ficar honesta daqui para frente. Se depender deles, o

Brasil ficará muito parecido com o que sempre foi, aquém de suas potencialidades, refém de gente desonesta, sem idealismo, sem patriotismo.

Os valores do futuro, a meu ver, são os valores perenes da filosofia moral. Selecciono três, socorrendo-me de três autores distantes no tempo, que iluminaram o mundo com suas ideias: ARISTÓTELES, IMMANUEL KANT e JOHN RAWLS. Três valores que, a meu ver, continuarão a inspirar a condição humana são:

1. *a busca pela felicidade*. Está em ARISTÓTELES: esta é a finalidade última da existência humana. A felicidade tem componentes importantes que incluem a eleição de bons propósitos na vida, realizações pessoais e prazeres legítimos. Mas a verdadeira felicidade, a eudemônia, só existe onde há virtude. Esta é a vida boa, a vida digna, a vida ética;
2. *o dever para com o próximo*. Está em KANT: todas as pessoas são um fim em si mesmo, e ninguém nessa vida deve servir como um meio, um mero instrumento para realizar os interesses dos outros ou da sociedade. Este dever se materializa no imperativo categórico: “Aja de tal forma que a máxima que inspira a sua conduta possa se transformar e uma lei universal”;
e
3. *a realização da justiça*. Está em RAWLS: uma sociedade justa é a combinação da liberdade individual com a maximização de mecanismos distributivos, assegurado o mínimo vital a cada pessoa.

Termino aqui com uma passagem que ouvi, algum tempo atrás, na saudação do presidente do Centro Acadêmico de uma renomada universidade federal, uma das melhores do Brasil:

“Ministro: eu não quero viver em outro país. Eu quero viver em outro Brasil”.

Vale a pena viver para este projeto.